



RIO AZUL

PARANÁ

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

ATA Nº 21 DA REUNIÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Em 16-10-2025

Às treze horas do dia dezesseis do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, localizada na Rua Getúlio Vargas, nº 250, Centro, reuniram-se os senhores Vereadores membros das Comissões Permanentes: Aleixo Princival, Edson Paulo Klemba, Paulo Cezar Popovicz, Renato PK, Silvio Paulo Girardi e Vardelei Pereira Lopes. Ausentes os Vereadores: Cesar Martins dos Santos e Sergio Mazur. Também estavam presentes a Assessora Jurídica, advogada Ingrid Hassen Maurer, e a Assessora Legislativa, Arielly Thaslidy de Souza. Verificado o quórum regimental das Comissões, estando todas elas representadas, passou-se à discussão das seguintes matérias de Leis:

1) Projeto de Lei oriundo do Executivo, que dispõe acerca da ratificação do protocolo de intenções do Consórcio Intermunicipal de Serviços Ambientais (CISA) e dá outras providências. Foi apresentada a proposta encaminhada pelo Executivo visando à adesão formal ao consórcio, com objetivo de fortalecer as ações intermunicipais relacionadas ao meio ambiente, gestão de resíduos, fiscalização e cooperação técnica entre os municípios participantes. O vereador Renato PK relatou uma situação envolvendo uma cascalheira localizada na região, que, segundo informado, estaria operando sem licença ambiental. Mencionou a existência de dinamites abandonadas e fios expostos no local, apresentando riscos à segurança. Consultadas, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e a Comissão de Finanças, Orçamento e Contas, manifestaram-se votos favoráveis à tramitação da matéria.

2) Projeto de Lei de autoria do Vereador Sergio Mazur, que dispõe sobre a proibição da contratação, nomeação ou designação de pessoas condenadas por crimes contra a dignidade sexual e contra a integridade física ou psicológica de pessoas, e dá outras providências. A Assessoria Jurídica manifestou-se informando que já existe legislação municipal vigente que impede pessoas condenadas pela Lei Maria da Penha de exercerem cargos públicos. Sugeriu-se a unificação ou compatibilização das normas, uma vez que o Projeto do vereador menciona especificamente funções de motoristas, enquanto a legislação existente abrange todos os servidores públicos. A Assessoria orientou que a ampliação do texto poderá evitar conflitos normativos e garantir maior efetividade à proteção prevista.

3) Projeto de Lei de autoria do Vereador Silvio Paulo Girardi, dá denominação de "Posto de Saúde Euzébio Gonçalves de Lima" ao prédio do posto de saúde da localidade de Invernada. O autor defendeu a proposição, destacando a intenção de homenagear o cidadão reconhecido pela comunidade local. A Assessoria Jurídica, contudo, apontou que o projeto carece de justificativa adequada, conforme determina a legislação municipal que rege a denominação de prédios públicos. Ressaltou que o texto apresentado está "seco" e não contém biografia mínima, histórico de relevância ou justificativa que demonstre a importância da homenagem para o município. Diante disso, a orientação jurídica é contrária ao projeto na forma atual,



RIO AZUL

PARANÁ

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

recomendando complementação detalhada antes de prosseguir. O autor comprometeu-se a apresentar a biografia e justificativa completas para nova análise.

4) Projeto de Lei de autoria do Vereador Silvio Paulo Girardi, que dá denominação de “Iglaci Maria Przybycz” ao prédio público que abriga a Unidade de Saúde – PSF da Vila Diva. O autor defendeu o projeto, destacando a relevância da homenagem e a contribuição da pessoa indicada para a comunidade local. Consultadas, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e a Comissão de Finanças, Orçamento e Contas, manifestaram-se votos favoráveis à tramitação da matéria.

5) Projeto de Lei oriundo do Executivo, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Governo do Município de Rio Azul, Estado do Paraná, para o período 2026/2029. Destacou-se que o PPA estabelece diretrizes, programas, ações e metas da administração pública para o quadrimestre, sendo instrumento fundamental de planejamento governamental. A Assessoria Jurídica orientou a necessidade de verificar minuciosamente se todos os fundos municipais, bem como seus respectivos planos, programas e ações, estão devidamente contemplados no texto legal. Reforçou a importância de conferir a compatibilidade entre o PPA e os demais instrumentos de planejamento, garantindo que nenhuma área fique descoberta ou sem previsão orçamentária. Ainda, os vereadores Edson Paulo Klemba, Vardelei Pereira Lopes e Renato PK solicitaram que os ofícios recebidos e os projetos de lei passem a ser encaminhados em formato PDF pelo WhatsApp, deixando de ser disponibilizadas cópias físicas para as sessões ordinárias. Ao ser constatado que nada mais havia a ser tratado, deu-se por encerrada a reunião da qual eu, Arielly Thasliny, Arielly Thasliny de Souza, secretária designada, lavrei esta Ata que lida e achada conforme assinam os presentes.

Aleixo Princival

Edson Paulo Klemba

Paulo Cezar Popovicz

Renato PK

Silvio Paulo Girardi

Vardelei Pereira Lopes